

TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal
sobre as desigualdades de cor ou
raça e gênero no mercado de trabalho
metropolitano brasileiro

Ano III; Vol. 3; nº 9, Setembro, 2011

(Ocupe Wall Street)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. O movimento Ocupe "Wall Street" e os efeitos da crise econômica sobre os afrodescendentes dos EUA
3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal
4. Evolução da taxa de desemprego
5. Rendimento habitual médio do trabalho principal de acordo com a posição na ocupação

1. Apresentação

Com o presente número, o **LAESER** dá continuidade ao boletim eletrônico "Tempo em Curso", nesta publicação, completando sua 23^a edição.

Os principais indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br), e tabulados pelo **LAESER** no banco de dados "Tempo em Curso".

A PME coleta informações sobre o mercado de trabalho da população residente nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Da mais ao Norte, para a mais ao Sul: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

A primeira parte desta edição do "Tempo em Curso" é dedicada ao "Movimento dos Indignados". Este movimento vem se espalhando pelo mundo afora, em resposta à crise econômica dos dias atuais nos países desenvolvidos, ainda produto da *Crise das Hipotecas*, ocorrida em 2008. Neste momento, será dada ênfase especial aos desdobramentos especialmente negativos da crise sobre a população afrodescendente norte-americana.

Sucessivamente, é apresentada a análise da evolução dos rendimentos médios habitualmente recebidos pelo trabalho principal e da taxa de desemprego nas seis maiores RMs brasileiras, no intervalo de tempo compreendido entre julho de 2010 e julho de 2011. Neste plano, objetiva-se compreender a evolução das assimetrias de cor ou raça e gênero no mercado metropolitano brasileiro no período considerado.

Na última parte deste número, é realizada uma reflexão sobre a evolução do rendimento horário habitual médio do trabalho principal desagregado pela posição

na ocupação e o modo pelo qual este indicador se apresentou, em julho de 2011, para os grupos de cor ou raça e sexo das seis maiores RMs brasileiras.

2. O movimento Ocupe "Wall Street" e os efeitos da crise econômica sobre os afrodescendentes dos EUA

2.a. "Ocupe Wall Street": breve histórico

Em setembro deste ano, algumas dezenas de pessoas resolveram montar acampamento no parque Zuccotti, na Ilha de Manhattan, na cidade de Nova York. Esta mobilização foi uma tentativa de resposta à grave situação socioeconômica com a qual se defronta a economia norte-americana nos dias atuais.

Aquele ato seria o embrião do que ficou conhecido como o "Movimento dos Indignados". Especificamente em Nova York, conforme visto, origem do movimento, encontra-se sua versão mais popular, até então auto intitulada "Occupy Wall Street" ("Ocupe Wall Street").

Em cerca de um mês, o movimento "Ocupe Wall Street" se expandiu aceleradamente e começaram a ocorrer manifestações de centenas de milhares de pessoas, não apenas em outras cidades dos EUA, mas também em Madri e Barcelona (Espanha), Roma (Itália), Genebra (Suíça), Miami (EUA), Paris (França), Sarajevo (Bósnia Herzegóvina), Zurique (Suíça), Cidade do México (México), Lima (Peru), Santiago (Chile), Hong Kong (Chile), Tóquio (Japão), Sydney (Austrália) e, mais recentemente, no Rio de Janeiro e São Paulo (Brasil). Estas mobilizações passaram a se identificar como "Movimento dos Indignados".

Desde o início deste movimento nos EUA, vieram surgindo tentativas de comparações entre o "Ocupe Wall Street" e o conservador movimento da extrema direita americana "Tea Party". Assim, num determinado tipo de leitura, apesar dos diferentes enfoques, ambos os setores estariam expressando descontentamento em relação ao sistema econômico e político vigente naquele país.

Decerto, o "Tea Party" também expressa níveis elevados de insatisfação com a atual situação dos EUA. Contudo, ao contrário de "Ocupe Wall Street", a bandeira do "Tea Party" se realiza através do Partido Republicano, denotando ter escassa contradição com o sistema econômico e político vigente. Igualmente, há

de destacar que este movimento é defensor de um Estado mínimo em termos dos gastos sociais, é contrário à elevação dos impostos para os mais ricos e carrega valores tradicionalistas no plano dos direitos civis e individuais, incluindo a oposição às ações afirmativas. Na verdade, o "Tea Party" responsabiliza principalmente o governo democrata de Barack Obama pela crise atual, e não aos bancos, como fazem os manifestantes do "Movimento dos Indignados".

Alternativamente, de acordo com os próprios manifestantes vinculados ao "Ocupe Wall Street", o movimento "é um símbolo da luta internacional crescente contra o movimento de práticas econômicas neoliberais, dos crimes de Wall Street e da desigualdade de renda, desemprego e opressão"¹.

Portanto, o foco das reivindicações de "Ocupe Wall Street" vai além das altas taxas de desemprego e da vulnerabilidade social a qual se viu exposta a sociedade norte-americana a partir da crise de 2009. O movimento é voltado contra o capital financeiro, representado na figura dos grandes bancos, que são apontados pelos manifestantes como um dos principais responsáveis pela crise.

2.b. Uma visão geral sobre a crise econômica atual e seus efeitos sobre a população afrodescendente (Black or African American) dos EUA (gráficos 1, 2 e 3)

A desregulamentação do sistema financeiro, que na verdade veio ocorrendo desde o começo dos anos 1980, teve um papel fundamental para a deflagração da Crise das Hipotecas, irrompida em 2008. Apesar das tentativas dos governos dos países desenvolvidos em mitigar os efeitos desta crise, os mecanismos adotados demonstram ser infrutíferos. Em grande medida, este insucesso decorreu da priorização de se salvar financeiramente os bancos, em detrimento à geração de mecanismos que preservassem o nível de atividade econômica e poupas-

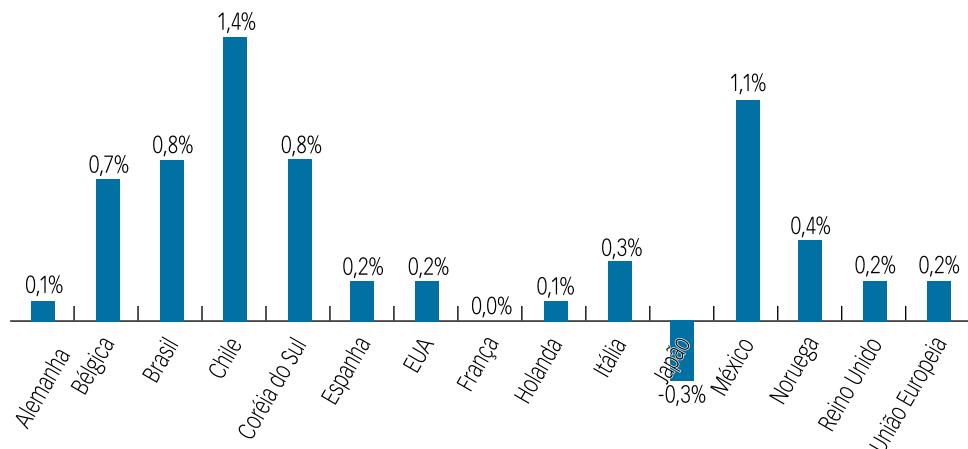
sem a população mais vulnerável socioecononomicamente das sequelas mais severas da crise.

De acordo com uma lista de 15 países recentemente divulgada pelo IBGE, tanto nos EUA, como na União Europeia, o Produto Interno Bruto (PIB) expandiu-se em apenas 0,2% no segundo trimestre de 2011, em relação ao trimestre imediatamente anterior. O Japão chegou a ter variação negativa no PIB em 0,3%. Vale ressaltar que, comparativamente, o Brasil apresentou uma maior elevação do PIB, com variação positiva de 0,8% para o mesmo período.

O cenário socioeconômico dos países desenvolvidos vem sendo deteriorado pelo efeito da crise econômica. Assim, os últimos anos têm sido marcados pelo crescimento do desemprego e da pobreza. Tais sequelas, por sua vez, possuem diferentes impactos sobre os diferentes contingentes étnico-raciais da população. Devido à existência de indicadores demográficos desagregados para estes grupos, os EUA podem ser vistos como um caso exemplar neste sentido.

A taxa de desemprego norte-americana se manteve, em setembro de 2011, em 9,1%. Aquele país, de acordo com seu Departamento de Trabalho, segue com cerca de 14 milhões de desempregados. Cabe apontar que este indicador é 0,6 ponto percentual inferior à taxa de desemprego média entre 2010 e 2011 (9,7%). Porém, na comparação com o indicador vigente em setembro de 2007 (4,7%) – ou seja, pouco mais de um ano antes do

Gráfico 1. Variação Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e países selecionados, 2º trimestre de 2011 (em % em relação ao trimestre anterior)



Fonte: Institutos de Estatística / Banco Central / Banco Mundial. Disponível em www.ibge.gov.br.

¹ Retirado de <http://occupywallst.org/>.

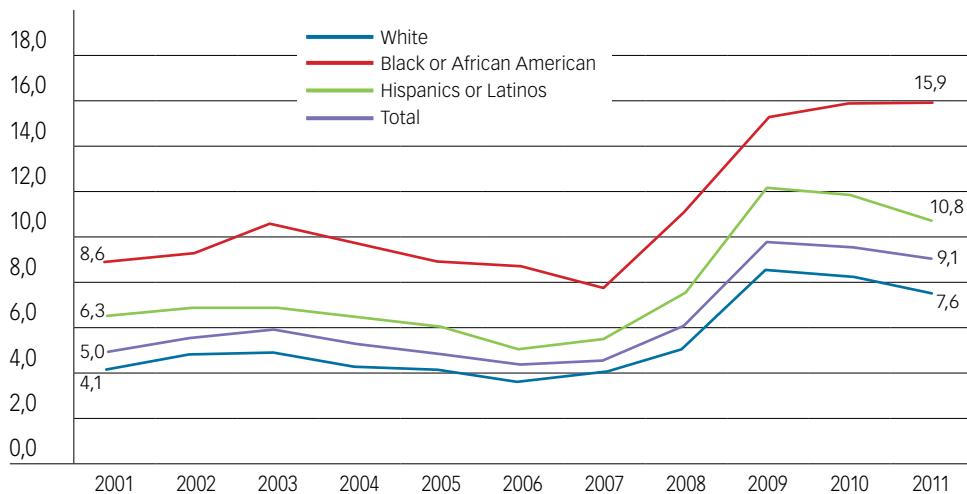
início da *Crise das Hipotecas* – a taxa de desemprego nos EUA quase duplicou em termos proporcionais.

No mês de setembro de 2011, a taxa de desemprego dos brancos (*White*) norte-americanos chegou a 7,6%, correspondendo a um recuo de 0,7 ponto percentual ao ocorrido em setembro do ano anterior, todavia, sendo 3,5 pontos percentuais superior ao ocorrido em setembro de 2007.

No caso dos afrodescendentes (*Black or African American*) dos EUA, a taxa de desemprego, em setembro de 2011, alcançou 15,9%. Este indicador seguiu sendo o mesmo de setembro de 2010. Porém, em comparação com o mês de setembro de 2007, a taxa de desemprego dos afrodescendentes (*Black or African American*) dos EUA, se elevou em 8,0 pontos percentuais.

Também a população hispânica ou latina (pessoas nascidas em países da América de língua castelhana residente nos EUA e seus descendentes, neste último caso independentemente de local de nascimento) apresen-

Gráfico 2. Taxa de Desemprego da PEA (16 anos ou mais) segundo grupos étnico-raciais selecionados, EUA, série do mês de setembro (em %)



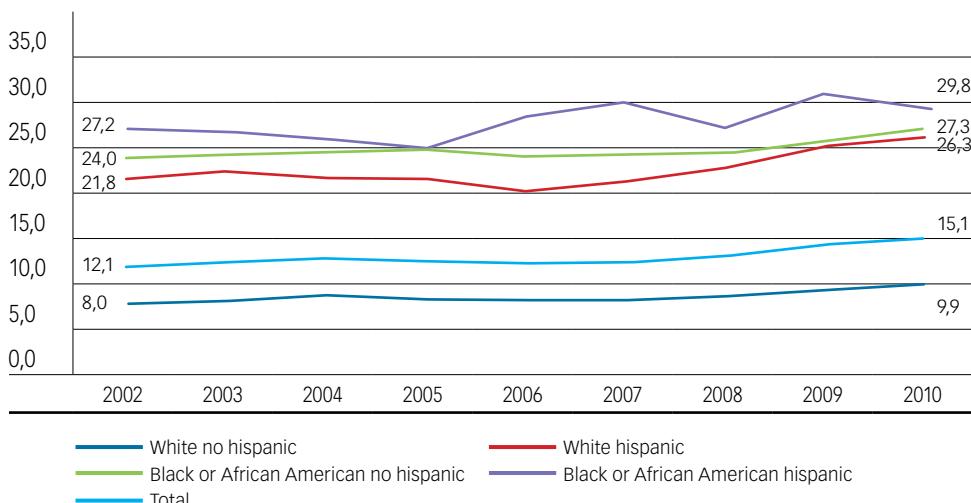
Nota: na população total estão incluídos todos os grupos étnico-raciais da população dos EUA

Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics, Departamento de Trabalho Americano. Disponível em <http://www.bls.gov>.

tou elevada taxa de desemprego em setembro de 2011: 10,8%. Este indicador foi 1,1 pontos percentuais inferior ao ocorrido em setembro do ano anterior e 5,2 pontos percentuais superior ao ocorrido em setembro de 2007.

Portanto, apesar do cenário atual do mercado de trabalho estadunidense ser de elevadas taxas de desemprego para o conjunto dos grupos étnico-raciais, o fato é que este indicador impactou de maneira mais forte justamente os afrodescendentes (*Black or African American*). Assim, em setembro de 2011, a taxa de desemprego deste último contingente era 5,1 pontos percentuais superior à dos hispânicos ou latinos; 8,3 pontos percentuais superior à dos brancos (*White*); e 6,8 pontos percentuais superior à média do país como um todo.

Gráfico 3. População em situação de Pobreza, EUA, 2002-2010 (em %)



Nota: exclui crianças abaixo de 15 anos não inseridas em um núcleo familiar.

Fonte: U.S. Census Bureau - Current Population Survey, Annual Social and Economic Supplement.
Dados disponíveis em <http://www.census.gov/hhes/www/poverty/>.

Em termos proporcionais, entre setembro de 2007 e setembro de 2011, a taxa de desemprego da PEA de 16 anos ou mais nos EUA se elevou em 93,6%. Entre os brancos (*White*), este indicador se elevou em 85,4%. No caso dos hispânicos ou latinos, a taxa de desemprego

go se elevou em 92,9%. Já entre os afrodescendentes (*Black or African American*), a taxa de desemprego cresceu em 101,3%. Igualmente digno de nota é o fato que a taxa de desemprego deste último contingente (7,9%), há pouco mais de um ano antes do começo da crise era ligeiramente maior do que a dos brancos (*White*), durante o período atual.

Outro indicador que expressa com razoável poder descriptivo os efeitos desiguais da crise econômica sobre os diferentes grupos étnico-raciais dos EUA é o da população abaixo da linha de pobreza. Cabe salientar que este indicador foi obtido junto ao comitê de estatísticas daquele país (*U.S Census Bureau, Current Population Survey*), que o produziu através de metodologia própria. Portanto, os dados de pobreza contidos no gráfico 3 são incomparáveis ao mesmo indicador de outros países, incluindo o Brasil.

Não obstante, em setembro de 2010, a taxa de pobreza da população dos EUA atingia 15,1%. Na comparação com o quadro verificado em 2007, aquele indicador havia se elevado em 2,6 pontospercentuais.

Naquele mesmo ano de 2010, a taxa de pobreza dos brancos (*White*) não hispânicos ou latinos nos EUA era de 9,9%. Já os indicadores dos afrodescendentes (*Black or African American*) não hispânicos ou latinos chegavam a 27,3%; dos hispânicos ou latinos brancos (*White*), a 26,3%; e dos hispânicos afrodescendentes (*Black or African American*), a 29,8%.

Na comparação com o ano de 2009, em 2010, a taxa de pobreza havia crescido 0,5 ponto percentual entre os brancos (*White*) não hispânicos ou latinos; e 1,1 ponto percentual, entre os hispânicos ou latinos brancos (*White*). Já entre os afrodescendentes (*Black or African American*) não hispânicos ou latinos o indicador havia crescido 1,8 ponto percentual. Mesmo considerando que entre os hispânicos ou latinos afrodescendentes (*Black or African American*) a taxa de pobreza no mesmo período havia declinado 1,3 ponto percentual, o fato deste indicador corresponder a quase 30% dos membros deste grupo, definitivamente, impede um olhar mais otimista.

Finalmente, contrastando os anos de 2010 e 2007 (ano imediatamente anterior à *Crise das Hipotecas*), a taxa de pobreza cresceu 1,7 ponto percentual entre os brancos (*White*) não hispânicos ou latinos; 4,9 pontos percentuais entre os hispânicos ou latinos brancos (*White*); e 3,0

pontos percentuais entre os afrodescendentes (*Black or African American*) não hispânicos ou latinos. No caso dos hispânicos ou latinos afrodescendentes (*Black or African American*), a taxa de pobreza caiu ligeiramente em 0,3 ponto percentual, mas uma vez, não correspondendo a um fundamental movimento de melhoria do padrão de vida deste grupo durante aquele período.

A partir destas informações, ao menos parcialmente, pode-se ver os efeitos da crise econômica dos EUA sobre sua população, com seus especiais efeitos sobre grupos minoritários, como afrodescendentes e hispânicos ou latinos. Assim, diante de uma crônica realidade de desvantagens para estes contingentes, um cenário de crise acaba tão somente aprofundando os abismos que separam os diferentes grupos étnico-raciais.

Infelizmente, a falta de desagregação de informações para estes grupos em outros países desenvolvidos impede uma análise mais objetiva dos efeitos da crise sobre os diferentes contingentes. Todavia, os recentes acontecimentos que se deram na Inglaterra, no qual afrodescendentes se engajaram, em diversas cidades, num explosivo protesto contra a morte de um jovem deste grupo por parte de policiais, sugerem que o cenário não seja muito distante do agora visto nos EUA.

É bem verdade que a atual falta de regulamentação do sistema financeiro, o corte dos gastos sociais e a recusa dos mais ricos em contribuir financeiramente para superação da crise formam um justificável pano de fundo para a emergência do "Ocupe Wall Street" e do "Movimento dos Indignados". Contudo, é importante lembrar que a persistente presença do racismo em diferentes países do mundo, e suas constantes sequelas sobre os grupos historicamente discriminados, poderia ter igual local de destaque na agenda dos manifestantes dos dias atuais.

3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela 1)

No mês de julho de 2011, o rendimento médio habitualmente recebido do trabalho principal da População-Economicamente Ativa (PEA) das seis maiores RMs brasileiras foi de R\$ 1.612,88. Na comparação com o mês de junho de 2011, este valor foi 2,2% superior. Relativamente ao mês de julho de 2010, ocorreu uma elevação em 4,0% no rendimento da PEA total.

O rendimento médio habitualmente recebido pelos trabalhadores de cor ou raça branca de ambos os sexos,

Tabela 1. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, jul / 10 – jul / 11 (em R\$ - jul 11, INPC)

	2010						2011						
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Homens Brancos	2.262,35	2.336,34	2.352,65	2.339,23	2.268,82	2.298,78	2.328,44	2.329,11	2.364,39	2.282,95	2.304,95	2.293,96	2.352,36
Mulheres Brancas	1.604,16	1.585,91	1.631,38	1.663,34	1.671,03	1.609,41	1.622,83	1.622,33	1.637,05	1.629,15	1.641,02	1.635,35	1.661,04
Brancos	1.959,36	1.990,73	2.018,39	2.028,40	1.995,95	1.981,07	2.000,77	2.006,49	2.030,29	1.982,11	2.000,61	1.990,16	2.034,10
Homens Pretos & Pardos	1.176,02	1.197,08	1.214,26	1.222,19	1.235,99	1.229,62	1.226,39	1.224,09	1.203,10	1.180,82	1.194,51	1.205,99	1.236,85
Mulheres Pretas & Pardas	875,25	886,52	884,45	892,53	885,24	897,10	899,34	884,62	875,84	872,65	870,43	871,04	893,67
Pretos & Pardos	1.043,21	1.060,17	1.068,11	1.075,85	1.080,46	1.081,85	1.081,91	1.074,79	1.057,65	1.043,74	1.051,49	1.059,24	1.085,51
PEA Total	1.550,31	1.571,86	1.591,82	1.595,96	1.582,98	1.571,31	1.579,16	1.571,84	1.580,06	1.551,47	1.569,46	1.577,89	1.612,88

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

em julho de 2011, foi de R\$ 2.034,10. Já o rendimento médio auferido pela PEA preta & parda de ambos os sexos foi de R\$ 1.085,51.

Comparativamente ao mês de junho de 2011, o rendimento médio da PEA branca se elevou em 2,2%. Já no caso da PEA preta & parda, ocorreu elevação no rendimento médio em 2,5%. Na comparação entre os meses de julho de 2010 e julho de 2011, a elevação foi de 3,8%, no caso da PEA branca; e de 4,1%, no caso da PEA preta & parda.

No mês de julho de 2011, o rendimento habitual médio da PEA branca do sexo masculino foi de R\$ 2.352,36. Já o da PEA preta & parda do sexo masculino, foi igual a R\$ 1.236,85. No interior da PEA feminina, o rendimento médio do trabalho principal foi de R\$ 1.661,04, no caso das trabalhadoras brancas; e R\$ 893,67, no caso das trabalhadoras pretas & pardas.

Desta forma, na comparação entre os meses de junho e julho de 2011, todos os grupos de cor ou raça e sexo experimentaram uma elevação no rendimento habitual médio do trabalho principal. Medindo-se a evolução em termos de pontos percentuais: homens brancos, 2,5%; homens pretos & pardos, 2,6%; mulheres brancas, 1,6%; mulheres pretas & pardas, 2,6%.

Relativamente ao mês de julho de 2010, a elevação no rendimento médio do trabalho principal foi de 4,0%,

no caso dos trabalhadores brancos, e 5,2%, entre os trabalhadores pretos & pardos. No contingente do sexo feminino, no mesmo período, ocorreram elevações no rendimento médio do trabalho em 3,5%, no caso das trabalhadoras brancas; e de 2,1%, no caso das trabalhadoras pretas & pardas.

No que tange à diferença na remuneração dos brancos em relação aos pretos & pardos, em julho de 2011, nas seis maiores RMs brasileiras, o hiato foi de 87,4%. Esta diferença correspondeu a uma redução em 0,5 ponto percentual relativamente ao mês de junho de 2011. Em comparação com o mês de julho de 2010, ocorreu uma redução em 0,4 ponto percentual.

Quando o indicador é decomposto também pelos grupos de sexo, verifica-se que, em julho de 2011, as assimetrias nos rendimentos entre os homens brancos e os pretos & pardos foram de 90,2%, favoráveis aos primeiros. Já na PEA feminina, as assimetrias de cor ou raça foram de 85,9%, favoráveis às mulheres brancas.

Entre junho e julho de 2011, as assimetrias de cor ou raça se mantiveram estacionárias no contingente masculino, enquanto, entre as mulheres, ocorreu uma redução em 1,9 pontos percentuais. Na comparação com o quadro vigente no mesmo mês do ano anterior, entre os homens, ocorreu uma queda nas assimetrias de cor ou raça, em 2,2 pontos percentuais. No caso da PEA feminina, ao contrário, as desigualdades de cor ou raça se elevaram em 2,6 pontos percentuais.

4. Evolução da taxa de desemprego (tabela 2)

Em julho de 2011, nas seis maiores RMs, a taxa de desemprego foi de 6,0%. Comparativamente ao mês de junho de 2011, o indicador apresentou uma redução de 0,2 ponto percentual. Na comparação com o mês de julho do ano anterior, a redução foi de 0,9 ponto percentual.

Desagregando a taxa de desemprego pelos grupos de cor ou raça, verifica-se que, em julho de 2011, este indicador da PEA branca foi igual a 5,1%, ao passo que, a PEA preta & parda ficou em 7,1%.

Na comparação com julho de 2010, a taxa de desemprego dos brancos caiu em 0,5 ponto percentual, e, a dos pretos & pardos, em 1,4 ponto percentual. Relativamente ao mês de junho de 2011, houve uma redução de 0,2 e 0,1 ponto percentual, respectivamente, na taxa de desemprego da PEA branca e da preta & parda.

A taxa de desemprego aberta dos homens brancos, em julho de 2011, foi de 4,1%. O mesmo indicador para os homens pretos & pardos correspondeu a 5,5%. Comparativamente ao mês de junho de 2011, a taxa de desemprego da PEA masculina branca se reduziu em 0,3 ponto percentual e a da PEA masculina preta & parda caiu 0,1 ponto percentual. Em relação ao mês de julho de 2010, a redução da taxa de desemprego dos homens brancos foi de 0,2 ponto percentual. Já entre os homens pretos & pardos, a redução foi de 1,1 ponto percentual.

Em julho de 2011, a taxa de desemprego para as mulheres brancas foi igual a 6,3%. Na comparação com

o mês anterior, ocorreu uma redução de 0,1 ponto percentual no indicador. Já na comparação com julho de 2010, a taxa de desemprego deste grupo de cor ou raça e sexo caiu em 0,8 ponto percentual.

A taxa de desemprego da PEA feminina preta & parda, em julho de 2011, foi de 9,1%. Na comparação com o mês imediatamente anterior, houve uma queda no indicador em 0,1 ponto percentual. Quando comparado ao mês de julho de 2010, a redução foi de 1,8 ponto percentual. Desta forma, entre julho de 2010 e julho de 2011, a PEA feminina preta& parda foi o grupo que experimentou a maior redução da taxa de desemprego dentre todos os contingentes de cor ou raça e sexo.

Não obstante, em julho de 2011, a taxa de desemprego das mulheres pretas& pardas continuava sendo a mais alta em relação aos demais grupos. Em termos proporcionais, a taxa de desemprego deste grupo apresentou-se 110,3% superior à mesma taxa dos homens brancos; 43,8% superior à das mulheres brancas; e 62,9% superior à dos homens pretos & pardos.

5. Rendimento horário médio habitualmente recebido do trabalho principal de acordo com a posição na ocupação (tabelas 3 e 4)

O rendimento horário do trabalho principal é um indicador que é gerado pela razão entre o rendimento médio do trabalho dividido pela quantidade de horas trabalhadas. Com isso, consegue-se captar a remuneração horária do trabalho, minimizando-se os efeitos que reduzem o poder explicativo do indicador de rendimento médio. Entre estes efeitos podem-se listar, por

Tabela 2. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, jul / 10 – jul / 11 (em % da PEA)

	2010						2011						
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Homens Brancos	4,3	4,4	4,0	4,1	3,8	3,5	4,4	4,6	4,4	4,3	4,2	4,4	4,1
Mulheres Brancas	7,1	6,8	6,5	6,4	5,8	5,5	5,9	6,4	6,8	6,9	6,8	6,4	6,3
Brancos	5,6	5,6	5,2	5,2	4,7	4,4	5,1	5,4	5,5	5,5	5,4	5,3	5,1
Homens Pretos & Pardos	6,6	6,0	5,6	5,3	4,9	4,7	5,2	5,7	5,7	5,8	5,8	5,6	5,5
Mulheres Pretas & Pardas	10,9	10,7	9,7	9,4	9,3	8,2	9,4	9,5	9,8	9,4	9,5	9,2	9,1
Pretos & Pardos	8,5	8,1	7,5	7,1	6,9	6,3	7,1	7,4	7,6	7,5	7,5	7,2	7,1
PEA Total	6,9	6,7	6,2	6,1	5,7	5,3	6,1	6,4	6,5	6,4	6,4	6,2	6,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

exemplo, a realização de horas extras, que eleva o rendimento do trabalho; ou do trabalho em tempo parcial, que reduz o rendimento do trabalho.

Em julho de 2011, o rendimento horário habitual médio da PEA residente nas seis maiores RMs era de R\$ 37,93/hora.

Em julho de 2011, no conjunto das seis maiores RMs brasileiras, os ocupados na condição de empregador foram os que recebiam o rendimento médio mais elevado, equivalente a R\$ 89,42/hora. Em seguida, vinham os militares ou funcionários públicos estatutários, com um rendimento de R\$ 69,53/hora e os empregados no setor público com carteira, com um rendimento de R\$ 53,44/hora.

Sucessivamente, em ordem decrescente, as remunerações médias das outras posições na ocupação foram: R\$ 39,79/hora, no caso dos empregados no setor público sem carteira; R\$ 33,95/hora, no caso dos empregados no setor privado com carteira; R\$ 31,94/hora, no caso dos trabalhadores por conta-própria; R\$ 30,89/hora no caso dos empregados no setor privado sem carteira; R\$ 17,82/hora, no caso dos empregados domésticos com carteira; e R\$ 15,61/hora, no caso dos empregados domésticos sem carteira.

Desagregando o indicador acima pelos grupos de cor ou raça, se mantinha a classificação das posições na ocupação de acordo com o rendimento médio horário do trabalho principal, com a única exceção, na PEA de cor ou raça branca, da inversão de posição entre os empregados sem carteira do setor privado e os trabalhadores por conta-própria.

Em julho de 2011, o rendimento horário médio da PEA branca era de R\$ 47,64/hora. Já o mesmo indicador para a PEA preta & parda correspondia a 53,9% da remuneração do outro contingente, totalizando R\$ 25,66/hora.

As três posições que auferiam os rendimentos mais elevados no caso da PEA branca foram: empregador, R\$ 100,58/hora; militar ou funcionário público, R\$78,89/hora; empregado no setor público com carteira, R\$ 64,01/hora. Já no caso da PEA preta & parda, o rendimento médio das três posições na ocupação mais bem remuneradas foram: empregador, R\$ 56,84/hora; militar ou funcionário público, R\$53,86/hora; empregado no setor público com carteira, R\$ 38,40/hora.

Comparando-se o quadro em julho de 2011 com julho de 2010, observa-se que houve elevação no rendimento médio horário para a PEA das seis maiores RMs em 10,1%. No mesmo período, para o conjunto da PEA, as três posições na ocupação que experimentaram as maiores elevações nos rendimentos foram: empregado sem carteira no setor privado (19,5%), empregado doméstico com carteira (17,3%), empregado no setor público sem carteira (12,7%).

O cenário acima se repetiu para os grupos de cor ou raça. Assim, na PEA branca, a valorização foi de 9,4%. Na PEA preta & parda, ocorreu um crescimento no rendimento médio em 10,6%. Quando se realiza a decomposição deste dado para as distintas posições na ocupação, com uma única exceção (trabalhadores brancos empregados no setor público com carteira), igualmente ocorreram aumentos médios no rendimento horário.

Tabela 3. Rendimento médio horário habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs de acordo com a posição na ocupação, Brasil, jul / 10 (em R\$, jul / 11 - INPC)

	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Total
Emp. Doméstico Com Carteira	17,07	16,37	16,42	15,04	14,41	14,45	15,20
Emp. Doméstico Sem Carteira	14,40	15,92	15,87	13,08	13,86	13,82	14,60
Emp. Com Carteira Setor Privado	40,86	34,75	38,34	23,42	20,50	22,38	31,26
Emp. Sem Carteira Setor Privado	36,97	27,59	33,07	18,21	15,96	17,45	25,85
Emp. Setor Público ComCarteira	75,47	54,58	64,60	40,69	29,49	34,88	52,32
Emp. Setor Público SemCarteira	49,29	36,65	41,37	27,98	25,69	26,58	35,30
Militar Ou Func. Público	83,99	65,28	73,69	51,80	44,76	48,19	63,61
Conta-Própria	40,17	34,13	37,99	21,47	16,51	19,80	29,45
Empregador	97,36	76,06	90,66	54,82	48,18	53,06	81,45
Total	48,35	37,42	43,55	25,02	20,65	23,20	34,46

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 4. Rendimento médio horário habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs de acordo com a posição na ocupação, Brasil, jul / 11 (em R\$, jul / 11 - INPC)

	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Total
Emp. Doméstico Com Carteira	50,47	17,87	19,92	18,83	16,28	16,48	17,82
Emp. Doméstico Sem Carteira	23,53	16,17	16,45	16,84	15,02	15,11	15,61
Emp. Com Carteira Setor Privado	44,65	37,24	41,57	26,01	22,07	24,58	33,95
Emp. Sem Carteira Setor Privado	44,54	34,50	40,59	19,35	17,56	18,71	30,89
Emp. Setor Público ComCarteira	76,34	55,00	64,01	48,09	28,93	38,40	53,44
Emp. Setor Público SemCarteira	59,86	41,54	48,87	30,98	26,77	28,37	39,79
Militar Ou Func Publico	87,46	72,01	78,89	59,28	48,09	53,86	69,53
Conta-Propria	42,63	36,17	40,26	23,87	18,69	22,08	31,94
Empregador	106,65	85,40	100,58	58,93	50,61	56,84	89,42
Total	52,91	40,88	47,64	28,00	22,37	25,66	37,93

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Entre os trabalhadores brancos de ambos os sexos, as elevações mais consistentes no rendimento foram registradas entre os empregados sem carteira no setor privado (22,7%), os empregados domésticos com carteira (21,3%), e os empregados no setor público sem carteira (18,1%). Entre os trabalhadores pretos & pardos de ambos os sexos, o emprego doméstico com carteira apresentou o aumento mais elevado no rendimento médio horário (14,1%), seguido pelos funcionários públicos (11,8%) e os trabalhadores por conta-própria (11,5%).

No mês de julho de 2011, havia uma diferença de 85,7% no rendimento médio horário da PEA branca, comparativamente à PEA preta & parda, residente nas seis maiores RMs brasileiras. No mesmo mês, as posições na ocupação onde eram encontradas as maiores desigualdades de rendimento entre brancos, de um lado, e pretos & pardos, de outro, eram: o emprego no setor privado sem carteira, 11,6%; o trabalhador por conta-própria, 8,2%; e o empregador, 7,7%. No emprego público sem carteira, a diferença era de 7,2%; e no emprego com carteira, as assimetrias chegaram a 6,7%. Entre os militares ou funcionários públicos estatutários a desigualdade naquele mesmo indicador era de 4,5%.

Já as menores assimetrias de cor ou raça nos rendimentos médios horários eram registradas nas posições na ocupação com os menores níveis de rendimento: o emprego doméstico sem carteira, 8,8%, e com carteira, 20,9%.

Comparando-se as desigualdades de cor ou raça nos rendimentos em julho de 2010 e julho de 2011, verifica-

se que o hiato entre os rendimentos da PEA branca e da preta & parda se reduziu em 2,1 pontos percentuais.

Dentro daquele intervalo entre julho de 2010 e 2011, as maiores elevações nas desigualdades do rendimento horário médio se deram no emprego no setor privado sem carteira (27,4 pontos percentuais); no emprego no setor público sem carteira (16,6 pontos percentuais); no emprego doméstico com carteira (7,2 pontos percentuais) e entre os empregadores (6,1 pontos percentuais).

Alternativamente, a redução mais expressiva nas assimetrias entre os rendimentos dos trabalhadores brancos e pretos & pardos foi registrada entre os empregados no setor público com carteira (18,5 pontos percentuais). Em seguida, vinham os trabalhadores por conta-própria (9,6 pontos percentuais); os militares ou funcionários públicos estatutários (6,4 pontos percentuais); os empregados domésticos sem carteira (6,0 pontos percentuais) e os empregados com carteira no setor privado (2,2 pontos percentuais).

Em julho de 2011, entre os trabalhadores brancos do sexo masculino, a remuneração horária média era de R\$ 52,91/hora. No interior deste contingente, os empregadores auferiam os rendimentos mais elevados, sendo eles, em média, igual a R\$ 106,65/hora. Em segundo lugar, vinham os militares ou funcionários públicos estatutários (R\$ 87,46/hora), seguidos pelos empregados do setor público com carteira (R\$ 76,34/hora).

Vale ainda salientar que os rendimentos horários dos empregados domésticos brancos de sexo masculino, com

ou sem carteira, foram de, respectivamente, R\$ 50,47/hora e R\$ 23,53/hora. Estes valores foram muito superiores aos auferidos pelos outros grupos de cor ou raça e sexo, assim como representaram uma elevação expressiva em comparação com os rendimentos auferidos por este mesmo grupo em julho de 2010. Esta discrepância pode ser explicada a partir do fato de que, na PME de julho de 2011, os trabalhadores brancos ocupados como empregados domésticos com ou sem carteira foram, respectivamente, pouco mais de 13,5 mil e 11,2 mil pessoas, representando um pequeno percentual do total de ocupados deste grupo (em julho de 2011, 0,21% e 0,17%, respectivamente). Desta forma, o tamanho reduzido deste contingente pode ter afetado os valores encontrados, reduzindo a precisão da estimativa estatística.

Em julho de 2011, a remuneração horária média da PEA preta & parda do sexo masculino era de R\$ 28,00/hora. Dentro deste grupo, a condição de militar ou funcionário público estatutário era a mais compensadora financeiramente, R\$ 59,28/hora. Os empregadores deste grupo recebiam, em média, R\$ 58,93/hora e os empregados do setor público com carteira, R\$ 48,09/hora. Os empregados domésticos com e sem carteira, recebiam, em média, por hora, respectivamente, R\$ 18,83/hora e R\$ 16,84/hora, correspondendo às piores remunerações.

Na PEA branca do sexo feminino, a remuneração horária média, em julho de 2011, era de R\$ 22,37/hora. A remuneração média horária das empregadoras era de R\$ 85,40, sendo a de valor mais elevado. Sucessivamente, vinham as ocupadas como militares ou funcionárias públicas estatutárias, R\$ 72,01/hora; e as empregadas do setor público com carteira, R\$ 55,00/hora. As empregadas domésticas brancas com carteira recebiam, em média, R\$ 17,87 por hora. Já as sem carteira auferiam R\$ 16,17/hora.

As trabalhadoras pretas & pardas, em julho de 2011, recebiam, em média, R\$ 22,37/hora. A posição na ocupação mais bem remunerada, mais uma vez, era de empregadora: R\$ 50,61/hora. A posição de militares ou funcionárias públicas estatutárias apresentava remuneração média de R\$ 48,09/hora. Já a terceira melhor remuneração para este grupo de cor ou raça e sexo foi encontrada no emprego do setor público com carteira, R\$ 28,93/hora. As piores remunerações ficavam por conta do emprego doméstico com e sem carteira, respectivamente, R\$ 16,28/hora, e R\$ 15,02/hora. Em ambos os casos, as remunerações das empregadas domésticas pretas & pardas eram menores que às dos demais grupos analisados acima.

Entre julho de 2010 e julho de 2011, os homens brancos apresentaram elevação na remuneração horária média em 9,4%. Este movimento se repetiu em todas as posições na ocupação. Pelas razões comentadas acima, deixando-se de considerar os ocupados no emprego doméstico, as elevações mais expressivas se deram no emprego no setor público sem carteira (21,4%), no emprego no setor privado sem carteira (20,5%), e entre os empregadores (9,5%).

Naquele mesmo intervalo, os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino também lograram obter aumentos reais de remuneração de 11,9%. Mais uma vez, este movimento se espelhou em todas as formas de posição na ocupação. Os maiores aumentos foram registrados no emprego doméstico sem carteira (28,8%), no emprego doméstico com carteira (25,2%) e no emprego no setor público com carteira (18,2%).

Entre julho de 2010 e julho de 2011, as mulheres brancas obtiveram aumentos reais de rendimentos na ordem de 9,3%. Mais uma vez, este movimento se repetiu em todas as modalidades de posição na ocupação. As elevações mais expressivas ocorreram no emprego no setor privado sem carteira (25%), no emprego no setor público sem carteira (13,3%) e entre as empregadoras (12,3%).

As mulheres pretas & pardas, por sua vez, obtiveram aumentos nos rendimentos horários médios de 8,3%, correspondendo ao avanço real menos expressivo, comparativamente aos demais grupos de cor ou raça e sexo. Neste último grupo, ocorreram aumentos reais nas remunerações na maioria das modalidades ocupacionais, com exceção do emprego no setor público com carteira, onde os rendimentos declinaram 1,9%. Dentro deste grupo de cor ou raça e sexo, os aumentos mais expressivos na remuneração horária média se deram no trabalho por conta-própria (13,2%), no emprego doméstico com carteira (13,0%) e no emprego no setor privado sem carteira (10,0%).

Em julho de 2011, na PEA masculina, a diferença na remuneração entre os trabalhadores brancos e pretos & pardos foi de 88,9%. Este percentual foi 4,3 pontos percentuais inferior ao verificado em julho de 2010.

Excluindo o emprego doméstico da análise, em julho de 2011, as assimetrias de cor ou raça foram mais expressivas entre os empregados sem carteira no setor privado (130,2%), entre os empregados sem carteira no

setor público (93,2%) e entre os empregadores (81,0%). Já as menores desigualdades eram encontradas entre os militares e funcionários públicos estatutários (47,5%), do emprego público com carteira (58,7%) e no emprego com carteira no setor privado (71,7%).

Entre as trabalhadoras do sexo feminino, em julho de 2011, foi identificada uma diferença de 82,8% na remuneração das mulheres brancas, vis-à-vis, à remuneração das trabalhadoras pretas & pardas. Comparativamente ao cenário de julho de 2010, as diferenças se ampliaram em 1,5 pontos percentuais. Neste sentido, pode-se dizer que o cenário vigente entre julho de 2010 e julho de 2011 foi de ampliação das desigualda-

des na remuneração das mulheres pretas & pardas em comparação aos demais grupos de cor ou raça e sexo.

As maiores desigualdades nos rendimentos auferidos entre brancas e pretas & pardas foram encontradas no emprego sem carteira no setor privado (96,5%), no trabalho por conta-própria (93,6%) e no emprego no setor público com carteira (90,1%). As menores diferenças eram encontradas no emprego doméstico sem carteira (7,6%) e no emprego doméstico com carteira (9,7%), formando uma desconcertante ironia das diferenças serem menores justamente em um tipo de modalidade ocupacional escassamente prestigiada e que permite o acesso às menores remunerações.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão, Irene Rossetto e Elisa Monçores

Pesquisadora Assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Elisa Monçores

Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Pesquisadores Assistentes

Azilda Loretto

Cléber Julião

Irene Rossetto Giaccherino

José Jairo Vieira

Luciano Cerqueira

Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Danielle Oliveira (PIBIC – CNPq)

Elaine Carvalho – Curso de Extensão (UFRJ)

Elisa Monçores (Fundação Ford)

Guilherme Câmara (PIBIC – CNPq)

João Víctor Guimarães Costa (Fundação Ford)